

## Os corpos negros na Era Vargas

Maiza da Silva Francisco <sup>1</sup>

### RESUMO

Essa pesquisa analisa como os mecanismos sociais tiveram presente na educação dos (as) negros (as), como atuaram e como deixaram marcas inscritas em seus corpos. O processo de exclusão escolar afetou significativamente a população de origem africana, uma vez que, as legislações implementadas na década de 30 fizeram parte desse universo dos corpos negros, através da prática esportiva inclusa na escola, inicialmente apenas como fundamentação científica-social, médica eugenista de cunho racista. Nesse sentido, direcionar o olhar para a prática do ensino esportivo é desvelar como o corpo negro vem sendo tratado na escola, de onde formulamos as seguintes perguntas: com a criação do modelo ideal de raça superior idealizado a partir do homem eurocêntrico, o movimento eugenista foi inserido nas escolas? A partir dessa prerrogativa, como esses corpos negros foram adequados no âmbito escolar? Para responder tais questionamentos ancoramos esta discussão nos referenciais teóricos da Diversidade Étnico-Racial e alguns pesquisadores que possuem uma discussão sobre outras possibilidades para pensar como foi construída a educação na década de 30 no Brasil como Homi Bhabha (2013), Gomes (2005), Siss (2005), entre outros autores. Tecemos uma breve análise dentro da perspectiva de Spivak (2010), que questiona sobre o direito ao discurso quando os outros discursos são silenciados dentro de uma perspectiva eurocêntrica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escolarização, Educação Física, Negros, Movimento Eugenista.

---

<sup>1</sup> Mestrado em Educação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Especialista em Diversidade Étnico-Racial e Educação Superior Brasileira pela UFRRJ, Graduação e Licenciatura em História pela Universidade Veiga de Almeida. E-mail: maizafrancisco@hotmail.com

## **INTRODUÇÃO**

Esse trabalho tem como finalidade tecer algumas considerações relacionadas aos Corpos Negros e o movimento eugenista e sua influência na educação brasileira na década de 30. Nesse sentido o estudo tem como objetivo discutir a prática esportiva enquanto prática de ampliação e consolidação da educação eugênica no âmbito escolar.

A escola “é vista como um espaço em que ensina e compartilha não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais” (GOMES, 2005, p. 40). Nesse espaço, assim como na sociedade, “nós comunicamos por meio do corpo. Um corpo que é construído biologicamente e simbolicamente na cultura e na história” (GOMES, 2005, p. 41). Segundo Guedes (2006), foi através desse movimento corporal que os médicos sanitaristas utilizaram a prática esportiva para além da disciplina, mais como disseminador de valores eugenistas na educação brasileira.

Mas, retornemos as nossas questões iniciais: com a criação do modelo ideal de raça superior idealizado a partir do homem eurocêntrico, o movimento eugenista foi inserido nas escolas? A partir dessa prerrogativa, como esses corpos negros foram adequados na escola? Para responder tais perguntas utilizaremos um referencial teórico pautado na discussão sobre a Educação da Relações Étnico-Raciais, tendo como método a pesquisa bibliográfica, por ser um conjunto de conhecimentos reunidos em obras. Segundo Fanchin (2006), esse método tem como finalidade fundamentar vários procedimentos metodológicos, ou seja, dados obtidos através de várias fontes escritas como documentos, livros, fontes, etc.

Nesse sentido, o estudo apresenta-se assim estruturado: na primeira parte abordamos o movimento eugenista e os corpos negros, focando no surgimento dessa teoria ideológica no Brasil; a segunda parte trata-se da influência do movimento eugenista e a escola: nesse tópico da pesquisa buscamos responder como se desenvolveu essa teoria dentro do contexto escolar; e na terceira parte, o doutrinador dos corpos: buscamos dialogar de que forma a educação física na década de trinta foi inserida como doutrinador dos corpos e principalmente propagador dos valores eugênicos.

## **OS CORPOS NEGROS E O MOVIMENTO EUGENISTA**

Embora o foco desse artigo seja Corpos Negros na era Vargas, a nossa discussão permeia pela prática esportiva como doutrinadora desses corpos a partir da disciplina Educação Física que foi aderida no ambiente escolar no Governo Provisório. É preciso compreender o processo de industrialização

ocorrido no país na década de 20 e 30 para entendermos como as propostas educacionais eugenistas firmaram-se nessa época.

Com as inovações ocorridas entre o Século XIX e XX durante o processo de transição da oligarquia para o sistema fabril, ocorreram várias modificações na estrutura urbanística da cidade, o aumento populacional com a migração do campo para a cidade e a inserção de imigrantes em solo brasileiro. Desta forma o Brasil iniciou o processo de expansão com novas bases econômica, política e social, valores e costumes da população brasileira e a reconfiguração do Estado com novos padrões educacionais. A partir desse processo de modernização foi incorporado o discurso científico relacionado ao movimento eugenista que despertou interesse por parte dos médicos, professores, cientistas, etc.

A construção da ciência eugênica no Brasil difere da ciência desenvolvida em outros países, como os Estados Unidos, que criaram em suas narrativas dessa prática científica, entre os anos de 1900 e 1930, uma influência “na promulgação de leis de esterilização eugênica de antimiscigenação, de códigos criminais rigorosos e de restrições a imigração” (TRAGTENBERG, 2009, p. 105).

Os códigos rigorosos implementados nos Estados Unidos contribuíram, a partir do fornecimento das ideias eugenistas, no controle da natalidade como medida de prevenção nascimento de indivíduos com doenças mentais. Essa justificativa era equivocada. Como evidência Davis (2016), a esterilização era usada como artifício para que não ocorresse a miscigenação entre os grupos étnicos e aponta que o controle de natalidade era estimulado a jovens como desculpa de prevenção temporária; e a mulheres pertencentes a minorias étnicas eram estimuladas, ou até mesmo ameaçadas a se submeterem a prática de esterilização, sendo que algumas dessas mulheres foram abusadas; enquanto as mulheres brancas eram estimuladas a reproduzir. A partir da reflexão desta autora pode-se entender que a eugenia foi utilizada como princípio para interromper o crescimento da população negra pois, uma vez que a mulher negra era impossibilitada de gerar filhos, não daria continuidade ao seu grupo étnico.

No Brasil, esse movimento surge como uma característica peculiar, tendo como finalidade o “aperfeiçoamento da raça humana capaz de dar uma raça melhor dotadas com o maior número de probabilidades para prevalecer sobre as menos boas” (KEHL, 1929, p. 4). Na fala do representante médico sanitário Renato Kehl, a eugenia estava sempre vinculada a questão racial, a civilizar a população brasileira e eliminar a quantidade de elementos inferiores<sup>2</sup> que cooperavam para o não desenvolvimento do país.

---

<sup>2</sup> No final do século XVIII a categoria raça ganhou força no pensamento social tendo reforçado os seus pressupostos no final do Século XIX com o desenvolvimento da ciência em especial da biologia e de uma forma “social de entender o Dawin e Spencer (HERNANDEZ, 2008, p. 132). De acordo com esta autora, na modernidade era relevante a hierarquização dos quatro grupos

Neste sentido, existia um esforço por parte dos médicos sanitaristas em extinguir os corpos negros. Para esses médicos e alguns intelectuais fascinantes da ideologia eugênica, era necessário atribuir o atraso no país à grande quantidade de negros existente. O anseio dos intelectuais brasileiros em tornar o país “civilizado” e “avançado” semelhante aos países europeus, com características de Estado –Nação. Ao comparar o Brasil com países “desenvolvidos”, esses intelectuais percebiam que além do país ser rural, constituído por uma grande quantidade de analfabetos, ainda possuía o agravante de ter uma grande quantidade de pretos e mestiços nessas terras, ou seja, esse grupo étnico simbolizava atraso e disgênico.

A solução encontrada por esses intelectuais foi fomentar a inserção de imigrantes estrangeiros de origem europeia no Brasil, com o intuito de branquear as futuras gerações através do cruzamento inter-racial. Para Silva (2005, p. 210), “alguns pensadores eugenistas, abandonariam seus projetos iniciais de aperfeiçoamento das raças humanas, substituindo-o pela busca e valorização da raça branca”. A preocupação pela manutenção da hereditariedade da raça era de suma relevância para o adepto desse movimento. Influenciou de sobremaneira nos debates dos parlamentares que utilizaram a Constituição de 1934 (BRASIL, 1934, p. 2) para regulamentar, por meio do Art. 138 da mesma constituição, a incumbência à União, Estados e municípios, nos termos da Lei, em seu inciso b) estimular a educação eugênica.

Diante de tais medidas adotadas na constituição brasileira, a ciência eugênica foi ampliada por seus adeptos e inserida no âmbito escolar como espaço de (re) produção de práticas culturais, e o modelos que diferenciavam dos modelos que eram implementados a partir da cultura eurocêntrica era estabelecido como ausência de civilização.

A partir dessa prerrogativa racial o corpo negro ficou marcado desde o processo escravagista como objeto de desejo, como guerreiro, tratados como mercadorias examinadas para serem colocados à venda, desumanizados, marcados pelo chicote pela rebeldia; os corpos negros sempre tiveram na linha de frente, seja nas lavouras, ou nas guerras, despertando interesses de forma diferenciada.

Nesse contexto, esses corpos negros sempre foram alvos de uma elite eurocêntrica que alimentava o preconceito e o racismo que permeava na sociedade incorporado na teoria do branqueamento<sup>3</sup>, que estava incluso no movimento eugenista.

---

étnicos elaborados pelos “naturalistas” na qual era articulada o patrimônio genético, e as aptidões intelectuais na qual classificam o negro como inferior e o branco como superior.

<sup>3</sup> Surgiu como política de incentivo a entrada de imigrantes espanhóis, italianos, entre outros, com o intuito da limpeza étnica da nação. Nesse sentido buscava o critério de imigração para o povo que teria que ser de raça branca; imigração esta vista como possibilidade de regeneração da raça brasileira. Nesse sentido a teoria do branqueamento sustentava a concepção de

Nesse sentido, o Estado estava adotando a teoria racial pseudocientífica eugenista por meio da teoria do branqueamento como um instrumento para civilizar o país e clarear a população brasileira, transformar o fracasso em melhoria e aspirações futuras de povos alfabetizados, instruídos que construíam uma nação.

Para Morales (2002), esse projeto de construção de um novo Estado era explícito na política de remanejamento populacional que contribuiu para o perfil distinto de cada região do país. No Sul a entrada de imigrantes, os nordestinos e sertanejos para o Norte. Para a autora, o Brasil atrasado seria destinado ao Norte e Nordeste; o Brasil moderno compreendia a região sudeste e sul, onde concentraria a grande quantidade de grupos étnicos brancos.

A partir desse exposto podemos trazer a reflexão Gonzalez (1984) para pensarmos sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, e o resultado obtido através do modelo de modernização conservadora excludente no qual todo o investimento de industrialização foi direcionado a inserção de imigrantes ocorrendo um desenvolvimento desigual, de diferentes formas, dos Estados brasileiros e, principalmente, privilegiando determinados grupos étnicos.

Desse modo, o racismo, enquanto articulação, manifesta ideologias e práticas que denota a divisão do trabalho a partir de uma conjuntura racial extremamente combinada a uma divisão de grupo étnico, como afirma, Gonzalez (1984).

Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Portanto, o desenvolvimento econômico brasileiro, enquanto desigual e combinado, manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal, em tempos de capitalismo industrial monopolista, e de exército de reserva, em termos de capitalismo industrial competitivo (satelitizado pelo setor hegemônico do monopólio) (GONZALEZ, 1984, p. 3).

Ao analisar o racismo institucional no Brasil, Werneck (2016) descreve que o racismo permeia em diferentes esferas da sociedade e produz seus resultados tanto na vida social quanto na econômica, na educacional, o que nos permite,

compreender como o racismo estrutura profundamente o escopo de democracia no Brasil, reduzindo a abrangência da cidadania por estar na base da criação e manutenção de preconceitos, ou seja, ideias e imagens estereotipadas e inferiorizantes acerca da diferença do outro

---

superioridade da raça branca. Como afirma a autora MORALES (2002, p. 88), essa teoria tinha como pretensão criar uma positividade para o fato da miscigenação, e afirmava que mesmo na união com o indivíduo portador de uma herança negra o elemento branco predominaria”. Ainda com a autora Morales (2002) essa teoria não estava apenas no plano do pensamento social. Ela era incorporada na visão constitucional e utilizada como instrumentos de fomentação de políticas de imigrações, sendo regulamentada através de leis que permitiam a inserção de trabalhadores brancos em solo brasileiro.

e do outro diferente, justificando o tratamento desigual (discriminação) (WERNECK, 2016, p. 541).

É importante salientar que o racismo construído na sociedade por meio de uma política eugênica, sanitarista, tendo como sustentação o pensamento científico, nos anos trinta, foi inserida por meio das políticas do educacionais implementadas pelo Estado com o intuito de disseminar tais pensamentos, e buscou na instituição de ensino um lócus reprodutor dessa ideologia. A escola vista como difusora do aparelho ideológico do Estado – que através da biopolítica controla “os corpos sociais, pelo sistema jurídico das leis e das normas. [...] a vida e seus mecanismos entram no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 1999, p. 154).

## **A EUGENIA E A ESCOLA**

A escola é o espaço de socialização do indivíduo, onde o sujeito ressignifica novas palavras, conhecimentos, espaço de interação do educando, nesse sentido é atribuída com a responsabilidade de construção da identidade nacional brasileira. É a partir dessa perspectiva que a escola começa a sua inserção no início da década de XX, tendo sua função associada à formação do cidadão nacional, e concebida como instrumento de garantia da reprodução cultural, social e econômica da sociedade.

A estimulação por parte do Estado, através de Legislação educacional, em favor da aplicabilidade da ciência eugênica fazendo parte do currículo escolar, era defendida por parte de intelectuais como o Manifesto dos Pioneiros da Educação que “defendia a necessidade de disciplinar a infância em termos de higiene e modificar a herança recebida dos tempos da escravidão provocando uma espécie de branqueamento na sociedade” (FREITAS, 2005, p. 78).

Havia uma preocupação por parte dos sanitaristas, médicos e intelectuais da educação na preservação dos discentes, para não contrair nenhuma moléstia, livrando, a população dos males do álcool e dos vícios, cuidando da saúde mental e, principalmente por uma seleção genética, formar o cidadão nacional com base na ciência eugenista e ao patriotismo.

Com base na teoria eugenista o Estado apropriou-se dessa ciência para interferir nos corpos no sentido de discipliná-los, doutriná-los e estruturar a sociedade de acordo com as políticas da saúde. O projeto educacional promovido pelo Estado pretendia inserir hábitos higiênicos, cuidados com o corpo, e valores culturais, eram ensinados aos discentes no âmbito escolar com o intuito da manutenção de uma genética saudável, o casamento entre seus pares, mesma linha de descendência, evitando casamentos consanguíneos e o fortalecimento da cultura europeia.

Para Durkheim (1975, p. 45), “a formação educacional está ligada a religião, na política, no desenvolvimento das ciências, no Estado, nas indústrias



etc. Separados de todas essas causas históricas, tornam-se incompreensíveis”. A partir da concepção do autor citado podemos entender que a escola na década de 30 tinha como referência a ciência e a sua falsa neutralidade; a partir desta, a escola foi fundamentada com base científica eugenista.

Tendo como base a ciência eugênica e a proposta educacional de estimular a educação eugenista na instituição de ensino, os médicos sanitaristas encontraram na instituição de ensino o *lócus* para propagar suas ideologias e interferir nas políticas de inserção do discentes nas escolas.

Esses médicos sanitaristas até no processo de seleção para entrada dos educandos na escola eles interferiam com “os argumentos que justificavam as discordâncias e aqueles que sustentavam as proposições e tratavam explicitar a sua base científica” (STEPHANOU, 2005, p. 151). Ainda de acordo com a autora, esses médicos também problematizavam os currículos escolares que eram ofertados.

O reconhecimento por parte dos médicos Sanitaristas sobre os conteúdos programáticos relacionados a higiene deveria ser a principal preocupação da instituição de ensino, principalmente em promovê-la no currículo escolar. Esses esculápios entendem que a “ideologia eugenista” no currículo carrega as marcas indelévels das relações sociais de poder; nesse sentido, o currículo reproduz – culturalmente a estrutura da sociedade” (SILVA, 2005, p. 148). Esse modelo educacional instrucional emergiu a partir do processo discriminatório que desconsiderou determinado grupo étnico e privilegiando outro na instituição de ensino.

Essas marcas de exclusão são percebidas por corpos negros dentro da instituição de ensino como afirma o pesquisador Siss (2005), em seu artigo Multiculturalismo, Educação Brasileira e Formação de Professores: Verdade Ou Ilusão? Em relação à postura discriminatória e excludente na instituição de ensino na década de 30, foi denunciada pela Imprensa Alternativa Negra, principalmente por conta de alguns professores que menosprezavam os corpos negros não dando a devida importância para a aprendizagem desses sujeitos.

## **DOCTRINADOR DOS CORPOS**

A relevância em compreender a doutrinação do corpo por parte da ciência eugênica, tendo a escola como *lócus* de construção e obtenção de conhecimento, principalmente através da prática esportiva durante a década de 30 do século passado, contribuiu para padronizar corpos brancos e aumentar a discriminação e o preconceito do corpo negro.

Dentro dessa perspectiva, a Educação Física enquanto esporte foi incluso na escola a partir da década de 30, à princípio como parte fundamental para a regeneração da raça e instrumento disciplinador e caracterizador de um tipo físico nacional (BRASIL 1934, p. 3).

De acordo com a pesquisa realizada por Gomes e Dalben (2011) relacionada ao esporte e a eugenia, Arthur Neiva, (membro da Sociedade Eugênica de São Paulo) percebia que o esporte era uma medida preventiva para salvaguardar a saúde da população e colaboraria para aperfeiçoar a raça nacional, principalmente tornando os homens e mulheres mais robustos e proles (as) condensas a valores civilizatórios.

A Educação Física tinha a incumbência de regular os corpos, os movimentos e as habilidades, sendo aplicada na escola através da prática esportiva “era encorajada na escola como forma de ‘nivelar as disparidades étnicas’” (LOWENSTEIN, 1942, apud STEPAN, 2004, P. 376, ).

A partir da reflexão desses autores Gomes e Dalben (2011), Stepan (2004) acerca da implementação da Educação Física na escola, essa iniciativa por parte do Estado, tem o projeto engajado ao projeto da teoria do branqueamento que era reforçada na escola. O modelo estabelecido dentro do Estado Nacional seria o homem e mulher com características semelhantes aos europeus. O exercício físico não teria somente a finalidade de deixar o rapaz mais robusto, entretanto descaracterizar as normalias deixadas durante o processo de branqueamento.

A partir dessas perspectivas, os historiadores Junior e Garcia (2011) ao examinarem revistas de Educação Física na década dos anos 30, que tiveram suas descrições relacionadas a eugenia no país, e a participação da Educação Física enquanto prática esportiva, propagava o valor civilizatório, as práticas higiênicas e o controle social, na sociedade brasileira. Além disso, esses pesquisadores encontraram passagens que representam ideias defendidas pela eugenia.

Especialmente aquelas que levavam a questão da raça até as últimas consequências e defendiam o controle da procriação. Além de defenderem o casamento só entre “raças puras”, contrariando uma característica da constituição racial em nosso país (a miscigenação de raças existente), a Educação Física aparece em uma destas passagens como uma atividade que visa ao aprimoramento da saúde individual e coletiva da população brasileira, melhorando a constituição racial das futuras gerações (JUNIOR e GARCIA, 2011, p. 251).

Nesse momento histórico, a Educação Física serviu para propagar a ideologia eugenista e colaborar para que o sujeito tivesse uma inclinação de superioridade ao grupo racial diferente. Como evidencia Guedes (2006), a

Educação Física enquanto área que trata do movimento humano e que tem o corpo como um instrumento a ser disciplinado, docilizado e intencionalmente discriminado para deflagrar movimentos higienistas. Culminando com o fim da escravidão em que o negro passou à condição de homem “livre”, foi necessária, portanto, uma política de ordenamento dos corpos (GUEDES, 2006, p. 6).

A partir dessa reflexão de Guedes (2006), podemos dizer que a prática pedagógica estava vinculada aos médicos sanitaristas que entendia essa



liberdade dos corpos negros vinculada à promiscuidade, violência, amoralidade, sexualidade; entretanto, a Educação Física por meio do esporte pode contribuir e erradicar os males dos vícios e principalmente disciplinar os corpos.

Atribuindo o papel de destaque à Educação Física e a sua relação com a ideologia eugenista e combate à “liberdade dos corpos negros”, a educação proporcionada na escola, proclamada por Lei Constitucional no ano de 1934, buscou exigir em seu Artigo 131, a

educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência (BRASIL, 1934, p.10).

Dentro dessa perspectiva, a Educação Física foi implementada na escola, como estratégia de regenerar a raça e vencer o atraso social. Segundo Nascimento (2012), essa ideia de recuperar o país do atraso e eliminar os males da sociedade era compartilhada por vários intelectuais da Escola Nova dos anos 30.

Nesse sentido, o intelectual, educador e integrante da Escola Fernando de Azevedo compartilhava dos ideais de seus companheiros do Manifesto dos Pioneiros da Educação e buscava na disciplina Educação Física, por meio da prática esportiva, a criação de uma geração saudável, longe dos vícios e doenças degenerativas, livres do alcoolismo e preparada para atuar no mercado de trabalho; deste modo a educação Física estava ligada à construção de um país moderno.

Diante do exposto, as teorias eugênicas foram associadas a prática da Educação Física na construção para além do discurso de os corpos saudáveis, essa prática esportiva tinha como finalidade que os militares pudessem participar nas políticas educacionais por intermédio da Educação Física. Segundo Nascimento (2012),

um dos caminhos encontrados por esses atores sociais para intervir nas diretrizes da política nacional para o setor foi a criação da Direção de Educação Física, cujo objetivo compreendeu interferir, diretamente na formação do profissional dessa área. Atuação de alguns segmentos das Forças Armadas do país, período colaborou para imprimir, como características de política de nacionalização do Ensino, a preocupação com o revigoramento físico da população e a presença do racismo (NASCIMENTO, 2012, p. 221).

Mediante o princípio que levou a implementação da disciplina Educação Física na instituição de ensino pode-se considerar que a prática esportiva buscava hierarquizar, e controlar o movimento corporal, os movimentos humanos e socialmente criados, a partir de uma perspectiva darwinista de uma raça superior e idealizando uma teoria do branqueamento com base no modelo eurocêntrico.

## PARA ALÉM DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento eugenista que ocorreu no Brasil estava associado à raça, tendo como fundamentação o Darwinismo e outras correntes ideológicas, como a teoria do branqueamento, que contribuiu para o fortalecimento da hierarquização racial.

Essa teoria eugenista estava associada ao discurso progressista principalmente dos reformadores da Escola Nova, nesse contexto essa ideologia foi inserida na Carta Magna de 1934, que descrevia a relevância do discente possuir em suas disciplinas valores civilizatórios e disciplinares.

Dentro desse paradigma, cabia às instituições de ensino implementar em suas práticas as teorias eugênicas, tendo na disciplina de Educação Física um instrumento propagador dessa ideologia. Além de criar padrões, estabelecer ligação com a cultura europeia, trabalhar com a movimentação dos músculos, de toda corporeidade e a disciplina do corpo, vinculava a prática esportiva com a limpeza e a higiene corporal.

Nessa perspectiva, a disciplina Educação Física usada como difusora do movimento eugenistas, contribuiu com o discurso ideológico racista para determinar os padrões estéticos na sociedade, e manter a hierarquização dos corpos.

A ideologia eugenista atrelada a outras teorias, como darwinistas, buscou pôr fim nos corpos pretos, com a suposta teoria do branqueamento, e em processo disso, temos a resignificação e fortalecimento desses corpos pretos e a construção de uma identidade racial, embora a ideologia eugenista tenha sido abolida do âmbito escolar enquanto prática pedagógica.

Atualmente, ainda temos resíduos dessa prática no âmbito social, escolar e religioso, permanecendo como escopo o corpo preto que é o principal alvo da expressão da desigualdade que recai sobre esses corpos, que são marginalizados, que sofrem alto índice de genocídios e que ainda ocupam em maior número nos complexos penitenciários.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição de 1934 Planalto. **Constituição da república dos estados unidos do Brasil. 1934** Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 25 out. 2017.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1 ed. São Paulo. Boitempo: 2016.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Editora Melhoramentos. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

FANCHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**, 5 ed.[rev]- São Paulo: Saraiva, 2006.

FREITAS, Cesar Marcos. Educação Brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. In STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOMES, Ana. Carolina. Vimeiro; DALBEN, André. O controle médico-esportivo no Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo: aproximações entre esporte e medicina nas décadas de 1930 e 1940. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 321-336, Jun. 2011.

GOMES, Nilma Lino. (Org.). **Corporeidade e negritude** In: **Corporeidade e teologia** São Paulo: Paulinas; SOTER-Sociedade de Teologia e Ciências da Religião, 2005.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. **Mulherio**, São Paulo, ano 1 n. 3, 1984.

GUEDES, Ivanilde Mattos. Educação Física e o Corpo Negro. **Espaço Plural**, 2006, VII (Enero-Junio). Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/17>>. Acesso em 30 out. 2018, às 23h.

KEHL, Renato. Educação e Eugenia. **Boletim de Eugenia**. Set/1929.

\_\_\_\_\_. O ensino da genética nas escolas primárias. **Boletim de Eugenia**. (11 Nov. 1929).

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves. **África na sala de aula: uma visita a história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

JUNIOR, Edivaldo Gois; GARCIA, Alessandro Barreta. A eugenia em periódicos da Educação Física Brasileira (1930-1940). **Revista Educação Física UFM**. 2011. Disponível <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/9908>> Acesso 15 Nov. 2018, às 18h.

MORALES, Lúcia Arraes. **Vai e Vem, Vira e Volta: as rotas dos soldados da borracha**. São Paulo: Annalumbre; Fortaleza: Secult, 2002.

NASCIMENTO, Alessandra Santos. **Fernando de Azevedo: dilemas na institucionalização da sociologia no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SISS, A. Multiculturalismo, educação brasileira e formação de professores: verdade ou ilusão. In: **28ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Universidade Federal Fluminense - UFF. Anais Eletrônicos. Caxambu: 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 02 Dez. 2018.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., ARMUS, D., (Orgs.) **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**. 2016. Disponível <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902016000300535&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902016000300535&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Data de acesso: 03.Dez.2018, às 22h.